

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2023

ATA Nº 04

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Alcácer do Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

Foi efetuada a chamada pelo Primeiro-Secretário da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram nesta sessão, os seguintes Deputados: Vítor Manuel Palmela Fidalgo, Presidente da Assembleia Municipal, Eduardo António Martins Costa, Manuel Fernando Silva da Rocha, Laura Maria Chané dos Santos, Inês Sofia Costa Freitas, João Miguel Martins Gomes de Almeida, Mário Filipe Rebelo Alexandre, Primeiro-secretário da Mesa, Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Filipe Acácio Loureiro Antunes, Duarte Manuel Roberto Dimas, Luzia Maria Carvalho Maurício, Isabel Maria Tavares Alferes Candeias, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Bernardo Miguel Pincante Pereira (em regime substituição), Hortênsio José Vicente Sousa, Ana Paula Vinagre Júlio, Miguel Luís Mendes Saraiva Lima, Liliana Patrícia Santos Jacinto, Segunda-Secretária da Mesa, João Augusto Veredas Campos (em regime de substituição), José Miguel Ramos Raimundo Pereira Guerreiro (em regime de substituição), António João Bragança Birra, Maria do Rosário de Carvalho Vitória (em regime de substituição do Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Pedro Filipe José Nunes (em regime de substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Comporta) e Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente, Vera Lúcia da Silva Letras, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Gabriel Afonso Leal Geraldo e Mara Eloisa Pimentas Marques.

Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Sofia Isabel Rebelo Carvalho, Ana Helena Carvalho da Silva, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Arlindo José Paulino de Passos e Maria José Coelho Martins, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁCER DO SAL
DELIBERAÇÃO

APROVA DA BR

UNANIMIDADE

Sessão de 22/07/2023
A Mesa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

33 Pelas vinte horas e trinta e seis minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos
34 trabalhos, tendo de acordo com o artigo 25.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período
35 antes da ordem do dia:

36

37 Pelo Primeiro-Secretário da Mesa, foi efetuada a leitura do expediente, que aqui se dá como
38 reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte
39 integrante.

40

41 De seguida procedeu-se à análise e votação das atas:

42 - **Sessão ordinária realizada em 28 de abril de 2023.**

43 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a ata a votação.

44 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 1 voto contra do PS.**

45

46 - **Sessão extraordinária realizada em 1 de junho de 2023.**

47 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a ata a votação.

48 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

49

50 O Presidente da Assembleia informou que foi entregue à Mesa o **Voto de Pesar “Maestro João**
51 **Neves”**, apresentado pela Bancada da CDU.

52

53 O **Voto de Pesar “Maestro João Neves”**, apresentado pela Bancada da CDU, foi lido pelo Deputado
54 Manuel Rocha, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da
55 mesma fazendo parte integrante.

56 O Presidente da Assembleia colocou o Voto de Pesar a votação.

57 **O Voto de Pesar “Maestro João Neves”, foi aprovado por unanimidade e foi cumprido um minuto de**
58 **silêncio.**

59

60 **Interpelação ao Executivo:**

61 O Deputado Eduardo Costa fez uma interpelação à Mesa, solicitando o agendamento de uma
62 sessão extraordinária para análise do estado do Município, de acordo com o artigo 30º do
63 Regimento que, não foi possível agendar no ano passado, apesar de terem apresentado um
64 requerimento.

65

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

66 A Deputada Maria Rosário Vitória solicitou informações relativamente à questão do
67 desassoreamento do Rio Sado.

68

69 O Deputado Hélder Montinho questionou se há desenvolvimentos relativamente ao abastecimento
70 de água em baixa em Rio de Moinhos, porque tem recebido algumas queixas.

71 Questionou também quando vão fazer a obra dos arruamentos em Mil Brejos Batão.

72

73 A Deputada Mafalda Panóias questionou se o problema no ar condicionado da Oficina da Criança
74 já está resolvido, porque não está a funcionar.

75

76 O Deputado Hortênsio Sousa solicitou informações sobre a obra de intervenção nas muralhas do
77 Castelo de Alcácer do Sal.

78

79 O Deputado João Campos referiu que a sua questão tem a ver com o aumento dos mosquitos no
80 concelho. Questionou o que está a ser feito ou o que estão a pensar fazer no controlo dessa
81 espécie e se o executivo está a pensar desenvolver com alguma universidade uma solução para
82 esse problema.

83

84 A Deputada Ana Paula Júlio questionou a Mesa, sobre em que ponto está a entrega dos
85 documentos solicitados pela Comissão de Acompanhamento de Monitorização da Descentralização
86 das Competências.

87 Questionou qual o balanço feito pelo Município, passado mais de um ano, da entrada em vigor da
88 descentralização de competências na área da educação.

89

90 A Deputada Laura Santos perguntou o que está a ser feito pelo Município na recolha do lixo, que
91 tem um aumento exponencial e é insuficiente em determinados pontos do concelho.

92 Solicitou informações sobre o sistema de recolha de lixo porta a porta, que seria aplicado em
93 regime experimental no Bairro de Laranjal.

94

95 O Deputado António Birra questionou quando será retirado o lixo que está amontoado no antigo
96 terreno da feira e o lixo que está próximo dos estaleiros da Câmara no Torrão.

97 Alertou para a necessidade de tratar com celeridade o problema das baratas que vagueiam pelas
98 ruas do Torrão e que entram para as casas das pessoas.

99

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

100 O Deputado José Miguel Guerreiro perguntou se já tiveram respostas dos responsáveis do
101 Governo sobre as medidas propostas relativamente ao lar de estudantes, de forma a mitigar a
102 degradação do espaço e torná-lo uma mais-valia para o concelho.

103

104 A Deputada Inês Freitas deu os parabéns a todo o movimento associativo que, com o apoio dos
105 trabalhadores municipais e das juntas de freguesia, oferecem uma vasta oferta de festas. Felicitou
106 o executivo da CDU pelo sucesso na feira da PIMEL e agradeceu ao executivo por defender e
107 apoiar o desenvolvimento associativo.

108

109 O Deputado João Almeida questionou qual o objetivo da sondagem que foi feita por telefone no
110 concelho de Alcácer do Sal, com algumas perguntas dirigidas aos munícipes e o que podem
111 informar sobre a mesma.

112

113 O Presidente da Assembleia Municipal sobre a questão do debate do Município colocada pelo
114 Deputado Eduardo Costa, disse ser salutar a existência dessa sessão e deverá ser acordada uma
115 data através de uma conferência de líderes, para a Mesa marcar. Em relação ao requerimento
116 apresentado no ano passado, referiu que a Mesa respondeu justificando os motivos da rejeição.

117

118 O Deputado Eduardo Costa disse que deveria ser assim, mas em dois anos, não tiveram uma
119 conferência de líderes, nem conseguiram acordar qualquer data ou procedimento com a Bancada
120 da CDU.

121

122 O Presidente da Assembleia Municipal relativamente à questão colocada pela Deputada Ana Paula
123 Júlio, sobre os documentos que foram pedidos, referiu que apesar de não ter chegado à Mesa um
124 requerimento formal, os mesmos já foram solicitados, porque viram a ata da Comissão.

125

126 A Deputada Ana Paula Júlio questionou sobre a quem compete o envio desse pedido formal.

127

128 O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a Comissão saberá.

129

130 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara e aos Vereadores do
131 executivo permanente para responderem às questões colocadas.

132 O Presidente da Câmara em relação à questão colocada pela Deputada Maria Rosário Vitória,
133 disse que falou com o Ministro do Ambiente sobre o desassoreamento do Rio Sado na zona frontal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

134 ao centro urbano de Alcácer do Sal e pediu a sua intervenção junto da APA (Agência Portuguesa
135 do Ambiente). Posteriormente, tiveram uma reunião com a APA e acordaram que será o Município
136 a fazer um projeto de um estudo de análise de intervenção física desse troço do Rio Sado, que
137 custará cerca de 180 mil euros, porque pretendem celeridade no processo. Acrescentou que, o
138 Município será ressarcido através de um protocolo que será estabelecido, o projeto de engenharia
139 será colocado à APA para desenvolver a sua execução, calculada em cerca de 1 milhão e 800 mil
140 euros e estão a aguardar instruções técnicas da APA.

141 Relativamente à questão sobre o ar condicionado da Oficina da Criança, colocada pela Deputada
142 Mafalda Panóias, o Presidente disse que a Oficina da Criança não tem ar condicionado e que o
143 calor é devido à claraboia.

144 Sobre a questão do Deputado Hortênsio Sousa relativa às obras das muralhas do Castelo, o
145 Presidente referiu que tinham um protocolo com a DGPC (Direção-Geral de Património Cultural)
146 para a obra, que estava avaliada em um milhão de euros, mas os técnicos ao verificarem que a
147 obra custaria o dobro e que o ónus seria para a Câmara, aconselharam o executivo a não avançar
148 com a empreitada. Acrescentou que, defenderam que a obra deveria ter financiamento do PRR e
149 na reprogramação do PRR na área da cultura foi colocada uma verba de 1,6 milhões de euros.
150 Referiu que, não sabe qual vai ser o procedimento seguinte e que a Câmara está disponível para
151 colaborar e para participar, mas é necessário ver como as coisas vão ser executadas.

152 O Presidente sobre a questão do aumento dos mosquitos, solicitou que o Deputado João Campos
153 quantificasse qual é a variação desse aumento, porque deve partir de uma base científica e que
154 fizesse chegar essa informação. Referiu que, todos os anos há mosquitos em Alcácer do Sal, com
155 a cultura do arroz. Acrescentou que, na revisão do PDM em 2017, o Município tentou que fosse
156 alterado as áreas agrícolas confinantes com a cidade, para que se acabasse com a cultura do
157 arroz, mas não foi aceite por algumas entidades, nomeadamente o Ministério da Agricultura.
158 Referiu que, há entidades públicas que têm a obrigação de analisar essa matéria, tal como
159 aconteceu com a praga das moscas ou com outra praga que pode pôr em causa a saúde pública.

160 Relativamente à questão do Deputado José Miguel Guerreiro sobre o Lar de Estudantes, o
161 Presidente disse que não houve desenvolvimentos desde a última sessão da Assembleia Municipal
162 e apesar dos contactos efetuados não há notícias sobre a transmissão não onerosa para o
163 Município. Acrescentou que, é necessário avançar com um projeto, candidatar e fazer as obras
164 para alocar o imóvel como Polo da Escola de Enfermagem da Universidade de Évora.

165 O Presidente sobre a questão relativa às iniciativas no concelho, colocada pela Deputada Inês
166 Freitas, disse que no mês de junho há muitas iniciativas e um conjunto grande de eventos, que teve
167 a grande expressão com a PIMEL, que teve uma grande participação e foi um grande êxito.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

168 Em relação à questão colocada pelo Deputado João Almeida, o Presidente informou que a
169 sondagem foi para aferir aspetos de avaliação sobre a gestão municipal e áreas sensíveis que a
170 Câmara possa ter.

171 O Presidente informou que, desde o dia 1 de julho até final de agosto, vai haver uma experiência
172 piloto no Litoral Alentejano, uma iniciativa da CIMAL envolvendo os cinco Municípios, será
173 desenvolvida pelos transportes do litoral alentejano, com vários trajetos gratuitos para as praias e
174 em Alcácer do Sal será um trajeto entre a cidade e a praia da Comporta. Acrescentou que, a
175 iniciativa visa também reduzir a circulação automóvel nas estradas e apostar na descarbonização.

176

177 A Vereadora Ana Soares em relação à questão colocada pela Deputada Laura Santos, disse que a
178 gestão dos resíduos na época alta é complicada e há pessoas que não utilizam o recurso que o
179 Município tem à disposição de recolha de resíduos à porta dos munícipes, depositando os resíduos
180 na via pública, que é um acréscimo de trabalho para os serviços. Informou que, todos os anos,
181 desde o dia 15 de maio até 15 de setembro é feito um reforço, realizando um quarto circuito.

182 Em relação à questão sobre a desratização, colocada pelo Deputado António Birra, a Vereadora
183 Ana Soares disse que esse serviço está adjudicado a uma empresa, que efetua o reforço do
184 serviço, sem custo adicional para o Município, sempre que é necessário.

185 Sobre a questão colocada pelo Deputado Hélder Montinho, a Vereadora Ana Soares referiu que a
186 questão da água em Rio de Moinhos não é um problema de abastecimento em baixa, mas um
187 problema em alta, já solicitaram a intervenção à AgdA (Águas Públicas do Alentejo) e aguardam a
188 resolução da situação.

189

190 A Vereadora Vera Letras em relação à questão colocada pela Deputada Ana Paula Júlio, sobre a
191 transferência de competências, disse que o Município tem estado presente nas escolas, em
192 articulação com os diretores dos agrupamentos e tem encontrado soluções para as dificuldades
193 que têm surgido. Referiu que, a representante da DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos
194 Escolares) não tem comparecido na comissão de acompanhamento das transferências de
195 competências, nem no Conselho Municipal de Educação e que não tem respondido às dúvidas que
196 ainda se colocam, o que é lamentável. Informou que, com gestão direta no refeitório da escola
197 secundária houve um aumento do número das refeições e também houve um investimento ao nível
198 dos recursos humanos.

199 Em relação às atividades de enriquecimento curricular, a Vereadora Vera Letras disse que, no
200 último ano letivo não tiveram respostas da DGEstE e que as verbas recebidas são insuficientes,
201 porque transferiram 28 mil euros para um ano e em 7 meses gastaram mais de 48 mil euros para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

202 assegurar as AEC. Acrescentou que, ontem teve uma reunião com os diretores dos agrupamentos
203 de escolas para preparar o próximo ano letivo.

204 A Vereadora Vera Letras informou que, saíram portarias em janeiro de 2023, sobre a passagem
205 das despesas dos equipamentos informáticos utilizados nas atividades educativas e, como os
206 recursos humanos do Município estão limitados para conseguir dar essas respostas, vão assumir
207 mais uma despesa, para que as escolas possam contratar um serviço para as questões
208 informáticas.

209 A Vereadora Vera Letras referiu que reforçaram as equipas para dar melhores respostas ao nível
210 dos agrupamentos de escolas, com quem estão a trabalhar em proximidade.

211

212 O Deputado João Campos disse que não tem formação nessa área e não lhe compete dar
213 números, nem sugerir causas ou resoluções para o problema dos mosquitos e, que a sua questão
214 foi sobre o que está a ser feito para resolver o problema.

215

216 A Deputada Mafalda Panóias lamentou que não tenha sido contemplado um ar condicionado para a
217 Oficina da Criança, porque as crianças e os funcionários merecem melhores condições. Referiu
218 que, pelos menos, deveriam ponderar colocar um ar condicionado naquele local.

219

220 A Deputada Laura Santos disse que, a Vereadora Ana Soares não respondeu à questão sobre a
221 fase experimental da recolha de lixo porta a porta.

222

223 O Deputado João Almeida questionou se a sondagem irá ser tornada pública e, se sim quando
224 será, porque todos têm interesse em saber os resultados da mesma.

225

226 O Presidente da Câmara, em relação à questão do Deputado João Campos, disse que a pergunta
227 partiu da premissa de que está a haver um aumento dos mosquitos em Alcácer do Sal e por isso
228 solicitou esses elementos.

229

230 A Vereadora Ana Soares sobre a questão colocada pela Deputada Laura Santos, disse que existe
231 um projeto piloto que está a ser desenvolvido pelos 7 municípios que abrangem a AMBILITAL.
232 Acrescentou que, o Município de Alcácer do Sal adquiriu 4 contentores individuais para cada uma
233 das habitações que vão ser abrangidas pelo projeto, que já foram adjudicados, mas ainda não
234 foram entregues, para poderem efetivar o projeto.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

235 Sobre a questão dos mosquitos, colocada pelo Deputado João Campos, a Vereadora Ana Soares
236 referiu que para além dos mosquitos existe um outro problema associado que são as moscas.
237 Acrescentou que, a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a Direção Regional de Agricultura e a
238 Câmara Municipal estão a trabalhar no sentido de conseguirem resolver a fonte da questão
239 associada às moscas e aos mosquitos. Referiu que, tem de haver um estudo e um planeamento
240 que não cabe ao Município, que é um catalisador para essas situações sejam resolvidas e fará
241 parte da solução. Referiu que, essa preocupação não tem sido só do Município, tem sido também
242 da APA que tem trabalhado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Évora,
243 que está a desenvolver um estudo.

244
245 O Deputado João Campos agradeceu o esclarecimento e solicitou que fosse partilhado o estudo
246 desenvolvido com a Universidade de Évora.

247
248 O Deputado João Almeida questionou, novamente, se vão ser públicos os resultados da sondagem
249 e quando.

250
251 O Presidente informou que os resultados da sondagem não vão ser tornados públicos e tudo o que
252 são competências da Assembleia Municipal a Câmara Municipal partilha.

253
254 **Intervenções do Público:**

255 No período de intervenção do público inscreveu-se a Sr.^a Celina Pereira.

256 A Sr.^a Celina Pereira referiu que, há cerca de um ano, apareceram ratos na aldeia de Santa
257 Susana, fez uma participação nos serviços da Câmara e a questão foi resolvida. Acrescentou que,
258 há uns meses, apareceram baratas na sua casa, e após ter informado os serviços, foi resolvida a
259 situação com a colocação de um produto nos esgotos.

260 A Vereadora Ana Soares disse que, quando o Município é informado da existência de um
261 acréscimo desse tipo de animais junto das habitações ou nas ruas, acionam o reforço através da
262 empresa prestadora de serviços e o serviço é efetuado.

263

264

Ordem do dia

265

266 **01 – Audição CPCJ de Alcácer do Sal, sobre o funcionamento daquela instituição;**

267 O Presidente agradeceu a presença da Dr.^a Ana Núncio e felicitou-a pelo trabalho que tem sido
268 feito pela CPCJ.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

269 Intervenções:

270 O Deputado Eduardo Costa agradeceu a presença da Dr.^a Ana Núncio, o relatório que
271 apresentaram e também o trabalho realizado pela CPCJ.

272 Referiu que, ficaram preocupados com o aumento de 31% do número de casos, quando a
273 população jovem diminuiu e a equipa se mantém a mesma. Questionou como se consegue fazer
274 tanto e tão bem com poucos recursos e quais os constrangimentos que têm relativamente ao
275 funcionamento da CPCJ, a organização processual e o apoio a famílias.

276

277 A Deputada Luzia Carvalho referiu que, todos reconhecem e enaltecem o trabalho desenvolvido
278 pela CPCJ de Alcácer do Sal, um trabalho meritório dos técnicos que, com poucos recursos fazem
279 muito. Lamentou que, a decisão do Ministério da Educação em reduzir 50% o tempo do seu
280 representante na CPCJ, que vai em sentido oposto ao que deveria, porque há um número maior de
281 famílias e de crianças a necessitar de apoio.

282

283 A Dr.^a Ana Núncio, agradeceu o convite e disse que está explanado no relatório o aumento de
284 volume processual da comissão, porque com a pandemia houve um aumento de casos de violência
285 doméstica e havendo crianças no agregado familiar, são sinalizados pela comissão e dos 48
286 processos ativos, 29 são no âmbito da violência doméstica.

287 Referiu que o tempo de afetação dos técnicos é o grande constrangimento da comissão. Informou
288 que, o Ministério da Educação não reduziu o tempo de afetação do técnico, foi uma orientação da
289 Comissão Nacional, na qual o tempo é calculado através da média de processos de cada comissão
290 e o representante do Ministério da Educação passou a estar 17,5 horas na CPCJ de Alcácer do
291 Sal. Disse que, a partir de setembro haverá apenas o técnico representante do Município a tempo
292 inteiro na comissão e que a própria como representante da Segurança Social, está a meio tempo
293 na CPCJ de Alcácer do Sal e a meio tempo na CPCJ de Grândola e de acordo com a mesma
294 circular todos os elementos que fazem parte da comissão restrita têm no mínimo uma afetação de
295 14 horas. Referiu que, esse é o maior constrangimento, porque tentam fazer um acompanhamento
296 de proximidade, em articulação com todas as entidades que acompanham as famílias e há poucos
297 técnicos para o elevado número processual.

298 A Dr.^a Ana Núncio disse que, outro constrangimento é a falta da resposta ao nível da saúde mental,
299 porque há muitas crianças que fazem acompanhamento de pedopsiquiatria, muitos pais a precisar
300 da consulta de psiquiatria e é difícil o Serviço Nacional de Saúde dar essa resposta. Acrescentou
301 que, com o aumento dos casos de violência doméstica, têm tido a resposta do Serviço de
302 Desigualdades e do *Intervir* nesse acompanhamento, mas não é suficiente.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

303 Informou também, que no ano passado teve uma reunião com a Vereadora Vera Letras, onde
304 elencou a questão dos transportes com caráter de urgência, porque muitas vezes a comissão tem
305 de dar resposta urgente, não conseguindo fazer o pedido atempadamente como era solicitado, mas
306 essa questão foi ultrapassada e sempre que tem sido necessário o transporte tem sido cedido de
307 imediato. Referiu que, também colocou a questão da preservação e da pintura das instalações,
308 pediram um ar condicionado e um frigorífico e foi-lhe dito que brevemente serão tratadas.

309 A Dr.^a Ana Núncio disse que se esforçam por fazer o melhor e têm por base o trabalho de equipa
310 com todas as entidades de primeira linha, porque é onde está o trabalho muito importante da
311 prevenção.

312

313 **Feita a introdução à informação referente ao relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a situação**
314 **económica e financeira do Município, do 2º semestre de 2022, por parte do Presidente, foi posta**
315 **à discussão para análise e conhecimento.**

316 **Tomado conhecimento da informação.**

317 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
318 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

319

320 **Feita a introdução à proposta referente à adesão do Município de Alcácer do Sal à Associação**
321 **Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica, por parte do Presidente, foi posta à**
322 **discussão para análise e votação.**

323 **Intervenções:**

324 O Deputado Eduardo Costa, disse estar preocupado porque a Câmara vai aderindo ao pagamento
325 de quotizações a diversas associações, existindo várias instituições do concelho com gravíssimos
326 problemas financeiros.

327 O Deputado Manuel Rocha, saudou esta adesão, pois é uma tradição enraizada no concelho e
328 saudou também o acordo de comodato feito entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da
329 Misericórdia de Alcácer do Sal, para a reabilitação da Praça de Touros de Alcácer do Sal.

330 **A proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor e 1 abstenção da CDU, 8 votos contra, 1**
331 **voto a favor e 2 abstenções do PS e 1 abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer**
332 **Ganhe”.**

333 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
334 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

335

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

336 **Feita a introdução à proposta referente à 2ª revisão ao Orçamento de 2023 e restantes**
337 **documentos previsionais, por parte do Presidente, foi posta à discussão para análise e votação.**

338 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

339 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

340 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
341 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

342

343 **A proposta referente às disposições normativas e tabela de preços para a Feira Nova de Outubro**
344 **2023, foi posta à discussão para análise e conhecimento.**

345 **Foi tomado conhecimento da proposta.**

346 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
347 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

348

349 **Feita a introdução à proposta referente ao procedimento de hasta pública com apresentação de**
350 **proposta em carta fechada para alienação de 67 lotes do Loteamento Municipal 1/2014, sito em**
351 **Santa Catarina, concelho de Alcácer do Sal, por parte do Vereador Manuel Vítor, foi posta à**
352 **discussão para análise e votação.**

353 Intervenções:

354 O Deputado Miguel Saraiva Lima, referiu que desde 1996 nada se fez naquele terreno e que existe
355 algum mérito por parte do executivo por estar a fazer. Questionou se o executivo teve o cuidado de
356 ouvir as pessoas, porque tem notado que as pessoas estão zangadas porque não foram ouvidas.

357

358 O Deputado Eduardo Costa, referiu que não é uma justificação plausível, dizer que o Município não
359 tem dinheiro para infraestruturar o loteamento. Referiu que o loteamento poderia ter sido inserido
360 na Estratégia Local de Habitação, com a vantagem de ter financiamento do PRR. Questionou qual
361 foi o critério para ser entregue a um único investidor.

362

363 O Deputado Manuel Rocha, referiu que é uma estratégia do Município para colmatar a falta de
364 habitação no concelho.

365

366 O Deputado João Campos, referiu que é de louvar tudo o que se faça no que respeita à habitação
367 pública, mas levantou a questão da forma como é feita. Disse que, este Município tem saúde
368 financeira e não precisa de mexer nas suas finanças, uma vez que o Governo tem em andamento o
369 PRR, que para além de infraestruturar, também dá a possibilidade de construir, questionou o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

370 porquê de alienar e não ser o próprio Município com todo o seu poder de decisão garantir que
371 estas habitações sejam dirigidas aos jovens e trabalhadores de investidores ao invés de alienar
372 todo o loteamento e não ter poder de controlar o futuro do mesmo.

373

374 O Deputado Jacinto Vinagre, referiu que há pouco tempo foram confrontados com o programa de
375 habitação do Governo, que favorece a especulação. Disse que este loteamento já tem alguns anos,
376 e que já passaram vários executivos que nada fizeram, disse ainda que este executivo estará
377 atento para que não haja especulação imobiliária, dando sim condições de habitabilidade a
378 pessoas que possam vir trabalhar para o concelho.

379

380 A Deputada Laura Santos, na sequência do que foi dito pelo Deputado Jacinto Vinagre, informa de
381 que realmente o terreno já existe há bastante tempo, a finalidade é que só a partir de 2014, se
382 reúnem todas as condicionantes para o loteamento.

383

384 O Presidente da Câmara referiu que temos que localizar a situação da habitação global em Alcácer
385 do Sal e de acordo com os dados dos censos, neste momento há 4.700 edifícios como residência
386 habitual, 1ª habitação e temos 1000 edifícios de 2ª habitação, para arrendamento ou venda são
387 900 fogos, no que se refere a encargos de compra das famílias em 2011 havia 1324 pessoas com
388 créditos à habitação e em 2022 são 1.098, existindo claramente um problema de habitação,
389 havendo também pessoas que não estão a conseguir pagar os respetivos créditos.

390 O Presidente da Câmara disse se alguém que tenha feito alguma coisa pela habitação social é a
391 Câmara, continuando sempre a fazer, neste momento existem 70 fogos de habitação social
392 ocupados e vão avançar mais 26 em arrendamento para famílias necessitadas e também a
393 reabilitação de mais 66 fogos. O Presidente informou do balanço feito entre 1991 e 2004 foram
394 vendidos 452 lotes, entre 2005 e 2013, foram vendidos mais 136 lotes e entre 2014 e 2023, foram
395 vendidos 67 lotes, resumindo a Câmara vendeu globalmente mais de 700 lotes de terreno a
396 pessoas que se fixaram no nosso concelho. Acrescentou que o Município também comprou
397 terrenos, tal como, o Sapal da Vila, onde está instalado o Parque Urbano, o terreno onde está a ser
398 feito o estacionamento da Margem Sul e em Vale Matança comprou o terreno para o Parque
399 Empresarial.

400

401 O Deputado João Almeida referiu que existe um problema com a habitação em Portugal, sendo que
402 o Município de Alcácer do Sal viu-se envolvido com um problema gigantesco, com tudo o que de
403 bom e de mau que a Comporta trouxe, dizendo ainda que todos os problemas têm soluções de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

404 vários níveis, e como tal acrescentou que o Estado Português criou a Plataforma da Estratégia
405 Local de Habitação, pondo à disposição dos Municípios através dos Fundos do PRR, referiu que
406 estes 67 lotes de terreno poderiam fazer parte da referida Estratégia, podendo ter financiamento a
407 100% para se lotear e eventualmente proceder à construção em alguns lotes. Questionou quais
408 são as garantias que o executivo tem para a venda destes 67 lotes a um qualquer promotor
409 imobiliário para que depois os vendam muito mais caros.

410

411 O Presidente da Câmara respondeu ao Deputado João Almeida, referindo que qualquer loteamento
412 gera mais vailas, crescimento e desenvolvimento que qualquer Município precisa, sendo que a
413 aldeia de Santa Catarina não tem evoluído do ponto de vista de investimento, e a proposta deste
414 executivo refere que não há condições para se executar as obras de infraestruturas, existindo
415 condições para alienar o terreno, e quem o comprar irá proceder a todas essas obras, servindo
416 assim a aldeia e as pessoas de Santa Catarina.

417

418 O Deputado Eduardo Costa referiu que houve várias afirmações feitas aqui que são verdadeiras,
419 entre as quais que existem vários investidores a procurar Alcácer do Sal, o que o executivo tem
420 feito na habitação social e também no caso de Brejos da Carregueira que se tornou um gerador de
421 rendimentos a vários níveis, diz o deputado que o que se verifica é que os jovens que querem
422 residir na zona da Comporta não conseguem. O Deputado disse também que quando se fala no
423 alojamento de trabalhadores, em outras zonas, como por exemplo Odemira e outros concelhos,
424 não se pode esquecer que também existe no nosso, e provavelmente não são esses trabalhadores
425 que irão residir em Santa Catarina, uma vez que quem os contrata não vai fazer um investimento a
426 esse nível. O Deputado referiu que se trata de uma pequena aldeia, que vai ficar tipicamente
427 desvirtuada e que provavelmente irá acontecer o mesmo que se verifica na zona da Comporta.
428 Concluiu dizendo que deve ser vendido, mas não desta forma.

429

430 O Deputado João Campos, referiu que a questão que continua por responder é o porquê da
431 decisão da alienação, pois se existe condições financeiras e físicas para a realização das
432 infraestruturas e construções, quer por via municipal, quer por financiamento, que existe
433 atualmente, questionou o porquê de perder o controle do destino deste terreno ao invés de o
434 mesmo servir para trabalhadores e jovens do concelho.

435

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

436 O Deputado João Almeida, referiu que no seguimento da intervenção do Deputado João Campos,
437 que se continua sem respostas às perguntas feitas, entre elas, o porque da decisão de se vender
438 este terreno e quais as garantias para que este terreno não vá ser especulado.

439

440 O Presidente da Câmara, referiu que este executivo não quer fazer o mesmo da gestão feita pelo
441 Partido Socialista que, entre 2005 e final de 2013 nada fez.

442

443 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS e 1**
444 **abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

445 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
446 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

447 O Deputado Eduardo Costa leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
448 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

449 O Deputado Manuel Rocha leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá como
450 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

451

452 **Feita a introdução à proposta referente à abertura de procedimento concursal para provimento**
453 **no cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe da Divisão de Educação, por parte do Presidente,**
454 **foi posta à discussão para análise e votação.**

455 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

456 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 9 abstenções e 2 votos contra**
457 **do PS e 1 voto a favor da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

458 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
459 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

460

461 **Feita a introdução à proposta referente à 2ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2023,**
462 **por parte do Vereador Manuel Vítor, foi posta à discussão para análise e votação.**

463 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

464 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS e 1 voto**
465 **contra da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

466 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
467 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

468

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

469 **A informação referente ao relatório de atividades, foi posta à discussão para análise e**
470 **conhecimento.**

471 Intervenções:

472 O Deputado Eduardo Costa disse que depois de fazer uma breve observação ao relatório, gostaria
473 que fosse esclarecido o que provavelmente é uma gralha como muitas outras que encontrou, na
474 página 9, onde consta as obras concluídas, aparece em primeiro lugar a obra da Escola dos
475 Telheiros.

476 A Vereadora Ana Soares disse que esse quadro refere as empreitadas em curso e finalizadas em
477 processos administrativos e essa empreitada está finda, pois já foi aberto um novo procedimento
478 para terminar a referida obra.

479 **Foi tomado conhecimento da informação.**

480 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
481 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

482


483 **A Minuta da Ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.**

484


485 À presente sessão corresponde a gravação n.º 04/2023 arquivada nos serviços da Assembleia
486 Municipal.

487 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte
488 e três horas e um minuto, do dia vinte e nove de junho do ano dois mil e vinte e três. Nós, Nuno
489 Manuel Carvalho e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, assistentes técnicos, redigimos a
490 presente ata, que assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal,



Os Assistentes Técnicos





VOTO DE PESAR Maestro João Neves

Os deputados da bancada da CDU, propõem nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, um VOTO DE PESAR pelo recente falecimento do Senhor Maestro João Neves, ilustre personalidade de relevo da Cultura Filarmónica Nacional.

Foi músico profissional da Banda Sinfónica da GNR, foi Maestro e compositor reputado, tendo dedicado uma vida à música filarmónica, do qual era um grande defensor.

Como Maestro o seu nome esteve ligado a diversas bandas filarmónicas e instituições artísticas ou musicais, como foi, aqui em Alcácer do Sal, na banda da Sociedade Filarmónica Progresso Matos Galamba – PAZÔA, onde a dirigiu por mais de três décadas dando um contributo marcante para a história da música filarmónica tão enraizada neste município.

O seu desaparecimento representa uma grande perda de um homem da cultura e promotor da música filarmónica aqui em Alcácer e no país.

Pelo que foi exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento;
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;
- Efetuar um minuto de silêncio, em sua homenagem.

Os deputados da CDU,
Alcácer do Sal, 29 de junho de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO

APROVADO POR
UNANIMIDADE

Sessão de 29.06.2023
AM/23



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO

Alienação de 67 lotes do Loteamento Municipal 1/2014, sito em Santa Catarina

Os eleitos do partido Socialista, com assento na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, lamentam profundamente as políticas desastrosas do executivo CDU, na área da habitação, esquecendo-se das competências que tem nesta área e *“tratando-a como uma mercadoria”*, para render quase 4 milhões de euros.

Para um loteamento que se encontra em gaveta há 9 anos não foram acautelados procedimentos tais como:

- auscultação à população residente de Santa Catarina;
- infraestruturização do loteamento, por valores mais baixos, e dirigido à população jovem e residente no concelho;
- integração do loteamento na Estratégia Local de Habitação com financiamento do PRR e, por inerência, a custo zero para a autarquia;
- inibição de especulação imobiliária, através de requisitos regulamentados e validados pela Assembleia Municipal.

Ao invés, o executivo CDU, mais uma vez, prefere alienar o seu escasso património, colocando-o nas mãos de um único comprador, esquecendo a população jovem, esquecendo os filhos da terra, esquecendo as suas bandeiras eleitorais, fazendo tábua rasa dos direitos fundamentais da Constituição Portuguesa.

O executivo CDU não trabalha para a população jovem deste concelho, não trabalha para a população residente em Santa Catarina, não trabalha para a população alcacerense, não trabalha para o rejuvenescimento populacional, não trabalha para o desenvolvimento económico e social de Alcácer do Sal; o executivo CDU apenas gere dia a dia com a preocupação de encaixar milhões de euros para satisfazer os seus propósitos eleitorais, mesmo que isso leve à alienação do património e empobrecimento do concelho.

Conclui-se assim que não existe uma capacidade programática e estratégica que alavanque e potencie o concelho de Alcácer do Sal nos anos vindouros.

Estes são, em síntese, por todas as razões referidas, os fundamentos para o Grupo Municipal do PS votar **CONTRA** a alienação de 67 lotes do Loteamento Municipal 1/2014, sito em Santa Catarina.



Alcácer do Sal, 29 de junho de 2023

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Declaração de Voto Proposta de Alienação de Terrenos Municipais

Os deputados da bancada da CDU, propõem destacar a intervenção extremamente positiva da Câmara Municipal no que diz respeito à venda de terrenos para a construção de habitações, face às necessidades atuais da nossa comunidade.

Sabemos que a falta de habitação acessível é um problema crescente na nossa cidade e no concelho em geral. O custo elevado das casas e a escassez têm causado enormes dificuldades para muitos de nossos concidadãos. No entanto, verificamos que a Câmara Municipal está a adotar medidas concretas para enfrentar essa questão e proporcionar soluções.

A venda de terrenos da Câmara Municipal para a construção de habitações surge como uma solução estratégica e eficaz. Esta medida tem um duplo impacto positivo: por um lado, estimula o mercado imobiliário a fornecer mais habitações acessíveis para a população, aumentando assim a oferta. Por outro lado, permite à Câmara Municipal obter recursos financeiros que podem ser reinvestidos em serviços e infraestruturas importantes para a comunidade como um todo.

Ao disponibilizar terrenos municipais para construtores e promotores imobiliários a preços mais acessíveis, a Câmara Municipal está a incentivar a construção de habitações a preços justos. Isso contribui para suprir as necessidades urgentes de habitação no nosso concelho, garantindo que mais pessoas tenham a oportunidade de encontrar um lar digno e seguro.

Além disso, esta abordagem também beneficia a economia local, gerando empregos na área da construção civil, mas também, garantindo habitação aos trabalhadores de empresas que se queiram estabelecer no concelho.

Em resumo, é importante reconhecer a ação da Câmara Municipal pela sua intervenção positiva na venda de terrenos para habitação em face das necessidades atuais e pelo compromisso da Câmara Municipal em abordar o problema habitacional. Esta medida tem o potencial de acrescentar valor à estratégia municipal para o problema da falta de habitação acessível, além de fortalecer a estabilidade social e a qualidade de vida da nossa comunidade.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para expressar a nossa crítica em relação às políticas do governo liderado por António Costa, em particular no que diz respeito à questão da habitação, que consideramos estar a hipotecar o futuro do nosso país. Com o passar dos anos, temos assistido a diversas críticas a esta política, levantadas por vários setores da população.

Uma das principais críticas é a falta de capacidade do governo para lidar com a crise habitacional que assola o país. Apesar de promessas e compromissos assumidos, temos visto um número crescente de pessoas a viver em condições precárias e sem acesso a uma habitação digna. O elevado preço das rendas e a dificuldade em comprar uma casa própria são realidades que afetam milhares de famílias, especialmente nas grandes cidades.



Outro ponto de crítica é a falta de investimento na reabilitação urbana. Muitos edifícios encontram-se em estado de degradação, sem qualquer tipo de intervenção por parte do governo. Além disso, a falta de incentivos fiscais e de apoio às autarquias no sentido de promover a reabilitação urbana contribui para a perpetuação deste problema.

É ainda importante destacar que as políticas habitacionais do governo parecem estar mais focadas nas grandes áreas urbanas, negligenciando as necessidades das regiões mais remotas e com menor densidade populacional. É fundamental que todas as regiões e comunidades sejam igualmente contempladas com medidas e investimentos no âmbito da habitação, de forma a criar um desenvolvimento equilibrado e sustentável em todo o país.

A política de arrendamento tem sido igualmente alvo de críticas. O Programa de Arrendamento Acessível, lançado pelo governo, tem revelado ser insuficiente e pouco eficiente na resolução do problema da falta de habitação a preços acessíveis. Muitos proprietários ainda preferem o arrendamento turístico, que oferece rentabilidades mais atrativas, deixando muitas famílias sem uma opção habitacional viável.

Além disso, tem faltado um plano consistente para a construção de novas habitações sociais. A ausência de investimento nesta área deixa milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social sem uma solução habitacional adequada.

Por fim, cabe também destacar a falta de transparência e de envolvimento dos cidadãos no planeamento e execução das políticas de habitação. É crucial que as decisões tomadas pelo governo tenham em conta as necessidades e opiniões da população afetada, para garantir que as soluções propostas sejam as mais eficazes e justas possível.

Em conclusão, a política de habitação do governo PS liderado por António Costa tem sido alvo de críticas significativas. A falta de capacidade para lidar com a crise habitacional, a falta de investimento na reabilitação urbana, a inadequação do Programa de Arrendamento Acessível, a ausência de um plano consistente de construção de habitação social e a falta de transparência são apenas algumas das questões levantadas.

É fundamental que o governo ouça as críticas e implemente medidas eficazes, promovendo uma política de habitação mais justa, acessível e adequada às necessidades do povo português. É primordial que o Governo PS de António Costa seja sério e comprometido com as políticas de habitação. Não basta apenas parecer ativo, é necessário que as ações do governo sejam efetivas, transparentes e abrangentes. A população espera soluções concretas e duradouras para o problema habitacional, e é responsabilidade do governo fornecer essas soluções.

Esperamos que estas críticas incentivem, também, os elementos do Partido Socialista local a uma reflexão mais profunda sobre a importância de ser sério e existir comprometimento verdadeiro com as políticas de habitação, sejam nacionais ou locais. Só assim conseguiremos construir uma sociedade mais equitativa e garantir o direito fundamental de todos os cidadãos a uma habitação digna. O futuro do nosso país depende disso.

Os deputados da CDU,
Alcácer do Sal, 29 de junho de 2023